

Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas (1968-1974)

DÉCIO AZEVEDO MARQUES SAES E FRANCISCO FARIAS

Marília: Lutas Anticapital, 2021. 320p.

*Francisco Prandi**

O livro *Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas (1968-1974)*, de Décio Saes e Francisco Farias, consiste na transcrição de diálogos realizados em cinco reuniões entre os dois pesquisadores nas quais foram discutidos textos específicos de Nicos Poulantzas. Como reconhece Farias, por vezes o texto é repetitivo, resultado do discurso oral, “cuja função é garantir o entendimento do que está sendo dito” (p.9). Porém, esse recurso discursivo tornaria a ideia acessível e poderia promover um enriquecimento conceitual na medida em que uma repetição pode agregar uma nova ideia à elaboração inicial. O texto ainda elucida uma série de lacunas na teoria poulantziana, que culmina em retificações e desenvolvimentos dessa teoria. As obras discutidas são *Poder político e classes sociais* (1968), *Fascismo e Ditadura* (1970) e *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974). Os autores consideraram que em *O Estado, o poder, o socialismo* (1978), Poulantzas teria abandonado sua problemática inicial. Convém ao leitor possuir certa base de leitura em Poulantzas para acompanhar os diálogos, o que é facilitado pela indicação ao início de cada capítulo dos textos discutidos.

No Capítulo 1 (“A problemática do fracionamento da classe dominante na obra de Nicos Poulantzas”), o ponto de partida é o reconhecimento de que Poulantzas menciona a existência de sistemas de fracionamento, mas não formula como esses

* Doutorando em Sociologia na Unicamp. E-mail: francisco.prandi.carvalho@gmail.com

sistemas podem se entrecruzar ou se alternar na realidade histórica. O primeiro critério diz respeito à função econômica do capital (comercial – incluído o bancário, industrial e financeiro). Contudo, as frações do capital em uma formação social concreta podem se relacionar com uma classe dominante não capitalista: a propriedade fundiária. Saes ainda acrescenta a existência de uma burguesia agrária tal qual existiu na região cafeeira paulista após a Abolição, possibilidade inexistente para Poulantzas. Outro critério é a escala do capital (médio e grande), criticando a ideia de que o capital monopolista seria sinônimo de grande capital, não havendo lugar para o médio capital. Também há a proveniência do capital (local ou estrangeiro) que pode gerar pelo menos três possibilidades: “a burguesia nacional, a burguesia compradora (hoje poderíamos dizer: burguesia associada) e a burguesia interna (marcada pela tendência à oscilação de interesses nacionais e interesses estrangeiros)” (p.15-16). Há, ainda, a possibilidade de uma burguesia de Estado, tal como teria sido tentada no período populista (1951-1954). Seria necessário superar uma visão essencialista do fracionamento, pois as frações podem emergir e se dissolver de acordo com a conjuntura.

O Capítulo 2 – “As frações do capital em *Poder político e classes sociais (PPCS)*” – busca analisar alguns impasses do conceito de classes em *PPCS*. Saes considera correto situar as classes no nível das práticas, de modo que “os agentes se comportariam de uma maneira ou de outra de acordo com os efeitos das estruturas” (p.23). Porém, procede a uma série de críticas, diferenciando de maneira rigorosa o comportamento dos grupos sociais em períodos de reprodução social e a ação das classes sociais em períodos revolucionários, quando elas têm condições de abolir os limites impostos às práticas pelas estruturas. Assim, oferece um tratamento mais sistemático ao conceito de *efeitos pertinentes*, tarefa à qual Poulantzas não se dedicou. No caso da classe operária, os autores distinguem a ação reformista das classes no momento em que um elemento *externo* à estrutura, o desenvolvimento das forças produtivas, intervém e possibilita a ação revolucionária. Do ponto de vista das classes dominantes, argumentam que a mera existência *potencial* das frações enquanto grupo econômico não é suficiente para reconhecê-las como tal no processo político. Exemplos concretos da história do Brasil mencionados no capítulo auxiliam na compreensão das formulações teóricas. Mostram, ainda, que muitas contribuições de Poulantzas são válidas para a análise dos modos de produção em geral e não apenas para a análise do modo de produção capitalista.

O Capítulo 3 (“A questão dos diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante”) trata da necessidade de um método para o entrecruzamento dos sistemas de fracionamento, não desenvolvido por Poulantzas. O ponto de partida é a recusa de Poulantzas ao alinhamento automático entre os sistemas de fracionamento. “Por exemplo, supor que a burguesia nacional é monopolista e industrial e que a burguesia compradora não é monopolista e é comercial” (p.108). Isso não quer dizer que não haja nenhuma determinação econômica, uma vez que “não há quase chance nenhuma de um capital comercial exportador/importador ser uma burguesia

nacional” (p.109). Saes afirma que parece escapar a Poulantzas que uma determinada inserção no aparelho econômico predispõe algumas frações para um ou outro comportamento político-ideológico. Argumenta que a existência de um movimento nacionalista pequeno-burguês pode empurrar a burguesia para uma postura de burguesia nacional. Isso seria possível para um setor interessado na expansão do mercado interno, não para um setor vinculado à importação ou ao capital bancário, que chegaria, no máximo, a uma postura de burguesia interna. Também ressaltam que a ideia de fracionamento não anula a existência de grupos multifuncionais. A questão é qual setor é priorizado e como ele responde às políticas de Estado.

No Capítulo 4 (“A teoria poulantziana do bloco no poder e da hegemonia política”), os autores visam aprofundar a distinção entre a hegemonia de fração no interior do bloco no poder, aquela que tem seus interesses prioritariamente atendidos pela política governamental, da hegemonia ideológica, no sentido gramsciano. Em seguida, discutem as relações possíveis entre a estrutura jurídico-política, onde a ordem social se legitima sem fazer concessões às classes populares e a hegemonia ideológica. Os autores desenvolvem a ideia da possibilidade de dissociação entre essas duas hegemonias, de modo que nem sempre a fração hegemônica na sociedade o é também no bloco no poder. Saes cita o caso da Ditadura Militar (1964-1985), de discurso industrialista, mas na qual prevaleciam os interesses do capital bancário nacional. Também se afastam de concepções instrumentalistas do Estado ao analisar a relação entre a fração hegemônica e a burocracia de Estado. Diante da dificuldade de derogar o poder decisório da burocracia e ciente de que nem tudo se decide no terreno eleitoral e partidário, a fração hegemônica tende a pressionar a burocracia de Estado, praticando o “realismo político” (p.215).

No Capítulo 5 (“O Estado capitalista e as classes dominantes em Poulantzas”), os autores discutem a insuficiência da abordagem poulantziana a respeito da relação entre os ramos do aparelho de Estado e os interesses de fração. Por trás da aparente divisão “técnica” entre ramos de Estado (Legislativo, Executivo, financeiro, jurídico, educacional, militar etc.), é possível observar o conflito entre frações que defendem que a política de Estado contemple seus interesses. Há ainda uma importante crítica à subestimação do papel das lutas populares no funcionamento do Estado, como se tudo fosse resultado das lutas entre frações das classes dominantes, de modo que o mais adequado seria reconhecer a articulação dos dois fenômenos, pois os conflitos entre as classes dominantes abrem espaço para as lutas populares avançarem.

Ao contrário do que se possa pensar, o livro não visa apenas divulgar a obra de Poulantzas; observa uma série de insuficiências, realizando retificações e levantando hipóteses que demonstram a pertinência do autor para novas pesquisas. Por isso, avança no desenvolvimento da teoria de modo a trazer à luz novos conhecimentos. Trata-se de uma obra relevante.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Direção política e educação

Anita Helena Schlesener

Debates historiográficos, Brasil e Argentina

Lucas Duarte e Carlos Zacarias

Notas sobre o comum

João Tonucci Filho

**DOSSIÊ “Marxismos, feminismos, *queer*
e sexualidades” (Parte II)**

Bárbara Castro, Maira Abreu,
Cinzia Arruzza, Kevin Floyd, Alan Sears

49